


Geoeconomia do Franco CFA: Análise do Colonialismo Contemporâneo na África Francófona

Rafael Figueiredo Pizzo *

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

*Autor correspondente. E-mail: rafaelfigueiredopizzo@gmail.com

Resumo

Existem diversas formas, por parte dos Estados, de se buscar atender seus interesses geopolíticos. Dentre as quais, desde o final da Guerra Fria, ganhou notório destaque a Geoeconomia, método que utiliza ferramentas econômicas para alcançar fins geopolíticos. Dessa forma, o presente artigo busca analisar, criticamente, o conceito de Geoeconomia, aplicando-o a um cenário contemporâneo que demonstra com precisão seu funcionamento e implicações. Para tal, enquadra-se o sistema monetário do Franco CFA, moeda comum compartilhada por 14 Estados africanos, ex-colônias francesas, o qual ainda os mantém fortemente atrelados ao governo central de Paris. Assim, o estudo se sustenta, principalmente, em uma análise bibliográfica, nacional e internacional, a respeito dos temas, além de contar com uma pesquisa quantitativa, baseada em dados estatísticos fornecidos por organismos internacionais, como o Banco Mundial e a ONU, que ajuda a clarificar a realidade socioeconômica das nações africanas analisadas e seu cenário de dependência em relação à França. Elucida-se, portanto, como o sistema CFA favorece uma relação assimétrica entre a França e suas ex-colônias, beneficiando economicamente o país europeu e compelindo os Estados africanos a um cenário economicamente vulnerável e socialmente instável.

Palavras-chaves: Colonialismo, Moeda, África, França, Geoeconomia.

1. Introdução

Uma das mais famosas citações atribuídas ao filósofo chinês Confúcio diz “Estude o passado se quiser definir o futuro”. A frase associada à Confúcio sintetiza em poucas palavras um entendimento já muito consolidado no meio científico: estudar o passado, através da história, é fundamental para compreender o presente. Desse modo, em um cenário atual de acirramentos geopolíticos, muitos dos quais se desdobram no âmbito das relações econômicas, como as recentes polêmicas envolvendo a guerra comercial iniciada pelos Estados Unidos ou suas tentativas de estabelecer um acordo para quitar

a dívida de guerra da Ucrânia, é imprescindível analisar exemplos na história que elucidem as dinâmicas que permeiam os sistemas geoeconômicos.

Com essa motivação, o presente trabalho focaliza o sistema monetário do Franco CFA, um tópico que, em boa medida, recebe menos atenção se comparado àqueles que ocorrem na Europa e nos próprios Estados Unidos da América (BBC 2025; CNN 2025). Portanto, a análise desse caso, para além de trazer visibilidade para o tema, contribui para ampliar o entendimento acerca das dinâmicas mais centrais para as relações internacionais na atualidade, reforçando a necessidade de uma perspectiva crítica e um olhar humanista para o tema.

Nesse sentido, a arena internacional é marcada por diversos tipos diferentes de interação entre os sujeitos que nela convivem. As dinâmicas são fluídas e historicamente posicionadas, variando entre contatos cooperativos ou conflitivos, a depender de uma grande pluralidade de fatores. Assim, dentro do campo da geopolítica, área de estudo das relações internacionais que busca compreender e correlacionar as disputas de poder com o espaço, ou seja, com os aspectos geográficos dos territórios, cunhou-se o termo ‘geoeconomia’, pelo economista e cientista político norte-americano Edward N. Luttwak.

Para Luttwak (1990, p. 17), temporalmente localizado no período final da Guerra Fria, os conflitos militares tenderiam a se tornar cada vez mais raros, com a introdução da lógica econômica e de mercado no âmbito das disputas interestatais. Assim, em detrimento a invasão e dominação do inimigo, os Estados aplicariam barreiras tarifárias ou sanções econômicas sobre seus adversários, visando assegurar seus interesses geopolíticos particulares.

É com base na inovadora ideia de Luttwak que o presente artigo se estrutura, buscando aplicar na prática o conceito de geoeconomia. Para tal, enquadra-se, para uma análise crítica, o sistema monetário do Franco CFA, moeda comum compartilhada, atualmente, por 14 Estados africanos. Idealizada e introduzida na década de 1940, pelo governo francês, em suas então posses coloniais no continente africano, a moeda em questão veio acompanhada de uma série de mecanismos institucionais que restringiam a autonomia econômica dos Estados membros da chamada ‘zona do franco’ e favoreciam econômica e politicamente o governo central de Paris, mantendo, a grosso modo, a administração da moeda e de seu sistema sob tutela francesa.

Assim, este artigo busca analisar o Franco CFA e seu funcionamento sob a perspectiva das ideias de Luttwak, destacando-o como uma evidente ferramenta geoeconômica, a qual buscou e busca, até hoje, atender os interesses geopolíticos da França, em detrimento a autonomia dos países da zona do franco. Cabe destacar, ainda, que por mais que as ideias de Luttwak sejam cronologicamente posteriores à instauração do sistema CFA, não se trata aqui de um anacronismo. Isso porque, apesar das diferenças de tempo, o sistema CFA, desde sua introdução no continente africano, a mais de 80 anos, pouco modificou-se em sua estrutura e operacionalização, conservando-se, até o presente momento, com praticamente as mesmas características primordiais.

Portanto, diante desse cenário, o presente trabalho entende a necessidade de se construir uma nova linha de análise, crítica, do sistema do Franco CFA, partindo-se do pressuposto de que não se trata de um mero fruto do processo histórico de colonização, mas sim, de uma ferramenta de poder e que, como tal, visa atender deliberadamente

interesses extremamente específicos. Além disso, por mais que se trate de um tema sério e complexo, com consequências e implicações severas para ambas as partes envolvidas, pouco é conhecido pelo público em geral, permanecendo, muitas vezes, restrito ao ambiente acadêmico.

A centralidade do tema em questão, por vezes ofuscada por abarcar uma realidade distante da Ocidental tradicional ou da Latino-Americana, reside no impacto que tal sistema exerce sobre os Estados em questão e, sobretudo, sobre suas populações. Como é de conhecimento geral, o continente africano é palco para uma série de mazelas sociais e econômicas na atualidade, desde problemas estruturais como a pobreza a desigualdade social até guerras violentas e turbulências políticas. Assim, para se compreender o porquê de tal cenário, com suas particularidades e dinâmicas específicas, devemos remontar à história do continente, de seus povos e, subitamente, da profunda empreitada colonial levada a cabo pelos europeus, que por lá estendeu-se por quase cinco séculos. A abordagem necessária para se analisar a atualidade do continente precisa ser plural e ampla, abarcando diversos temas, além de uma precisa análise histórica.

Desse modo, não se pode estudar a conjuntura atual de parte tão significativa da África ignorando a existência e as implicações do sistema CFA. Trata-se, simplesmente, da última moeda de origem colonial ainda em voga na contemporaneidade, dentre as centenas que existiram entre os diversos impérios coloniais ao longo da história. Portanto, o sistema da zona do franco deve receber o merecido destaque quando se busca entender a conjuntura atual da porção francófona do continente. Afinal, o Franco CFA é a moeda nacional de um quarto do total de países da África, os quais contam com uma população total de mais de 180 milhões de pessoas, distribuídas em um território de quase 7 milhões de quilômetros quadrados, mais que o dobro do território da Índia, quase comparável ao território do Brasil e cerca de 10 vezes maior que a área total da França.

Com este princípio norteador, o presente trabalho se utiliza de métodos analíticos quantitativos, com dados e estatísticas de organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial, e qualitativos, através de vasta bibliografia sobre o tema, para, em sua primeira parte, percorrer a história da colonização francesa no continente, desembocando no momento de criação da zona do franco, delimitando quais foram os motivos para tal fato e quais foram suas consequências. Juntamente, explicita-se, na segunda metade do texto, como funciona o sistema CFA, descrevendo seus pormenores e detalhando alguns de seus aspectos técnicos mais relevantes, ao passo que se demonstra como cada parte do sistema implica em consequências diretas para os países africanos e para o governo francês, simultaneamente.

2. A Colonização Francesa e a Criação do Franco CFA

2.1 *A Corrida ao Continente Africano*

O início efetivo da colonização francesa no continente africano, em busca de riquezas e recursos, se deu por volta da década de 1830, tendo se concentrado na África ocidental, precisamente na porção central e norte do continente, além da ocupação de territórios insulares, como Madagascar e a Ilha Reunião. O Império francês, em certa medida, foi responsável por iniciar a corrida ao continente africano, de modo que,

posteriormente, atritos substanciais ocorreriam entre as demais potências europeias em disputas por porções territoriais na região, todas reivindicando sua cota de participação na exploração da África.

No auge de sua ocupação, no início do século XX, os franceses controlaram uma área de aproximadamente 11 milhões de km², área mais extensa que os atuais territórios de Brasil, Estados Unidos e China, por exemplo. Cabe salientar, para fins didáticos, como se deu a divisão dos territórios controlados pelos franceses, os quais permaneceram sob sua tutela até meados da década de 1970. A França criou duas federações no continente africano, a África Ocidental Francesa ou AOF (atuais Benin, Costa do Marfim, Guiné, Burkina Faso, Mauritânia, Níger, Senegal e Mali) e a África Equatorial Francesa ou AEF (atualmente Congo, Gabão, República Centro-Africana e Chade) (Pigeaud e Sylla 2019, p. 6).

Juntamente, a política colonial francesa se mostrou, de forma geral, muito intensa e profunda, havendo um forte projeto de assimilação cultural das populações autóctones, de modo que os territórios franceses na África eram vistos como parte da França. Essa prática distinguiu o domínio francês dos demais que ocorreram à época, pois mesmo após os movimentos de independência e o fim da dominação francesa, a metrópole fez questão de manter laços profundos com suas ex-colônias, envolvendo-as em seu projeto de inserção internacional como potência mundial, no contexto da Guerra Fria (Filho e Badou 2014, p. 157-158).

2.2 *A Moeda Como Ferramenta de Dominação*

Dentre as diversas políticas implementadas pela administração colonial francesa para assegurar a devida exploração dos recursos africanos e a manutenção do pacto colonial, destaca-se a política monetária. O uso de moedas para transações não era novidade para as populações africanas, havendo registros do uso de conchas, barras de cobre, grãos de porcelana e diversos outros materiais como moeda no continente em períodos anteriores a chegada dos europeus. É notório salientar, por exemplo, o cauri, um tipo de concha que fora muito utilizado como moeda em verdadeiras redes de comércio na porção ocidental do continente, na chamada ‘zona do cauri’, atualmente Burkina Faso e Mali. Entretanto, apesar de já existirem robustos sistemas de circulação monetária à época da chegada europeia, as moedas autóctones não resistiram à dominação francesa e à imposição de políticas monetárias metropolitanas (Pigeaud e Sylla 2019, p. 5-6).

Não cabe ao presente estudo aprofundar as centenas de políticas econômicas e monetárias impostas pela França desde o início da colonização até a criação do Franco CFA, em face de suas grandes complexidades e particularidades. Mas, sobretudo, devemos atentar para o papel central que recebeu a política monetária, sendo uma ferramenta fundamental para estruturar o regime comercial metropolitano. Além disso, essas medidas serviram para, gradualmente, “converter” a população originária ao regime capitalista europeu, favorecendo a apropriação mais eficiente dos recursos africanos (Pigeaud e Sylla 2019, p. 6).

Portanto, devemos concentrar a análise a partir do ano de 1925, 95 anos após o início da empreitada colonial francófona, no qual os franceses baniram em definitivo todas as demais moedas autóctones de suas posses, estipulando que toda transação deveria ser realizada em francos franceses (moeda nacional da França à época). Desse

modo, estabeleceu-se a ‘zona do franco’, na qual as políticas econômicas das posses francesas eram coordenadas de forma centralizada por Paris, sempre baseando-se na prerrogativa do pacto colonial.

Porém, com a ascensão do nazi fascismo na Europa e o início da Segunda Grande Guerra, as relações contíguas entre a França e suas colônias diluí-se. Esses territórios acabaram se afastando política e economicamente dos franceses, no período em questão, em decorrência, entre outros fatores, da ocupação nazista na França. A título de comparação, 85% das exportações da AOF e 74% da AEF eram destinadas a metrópole em 1939, já em 1946, ao final da guerra, esses números caíram para 56% e 47%, respectivamente. Subitamente, a guerra provocou diversos outros problemas econômicos à França: Escassez generalizada de produtos, índices elevados de inflação (150% em um período de 5 anos), aumento da dívida externa e do déficit público, entre outros. Curiosamente, não observou-se tal imbróglgio nos territórios ultramarinos franceses, ao menos não nas mesmas proporções. Portanto, ao final da Segunda Guerra Mundial, em um contexto que já acenava para um futuro bipolarizado entre os Estados Unidos e a União Soviética, a França possuía dois objetivos principais no que tange seu projeto político de reestruturação como potência europeia: a) Retomar o pleno controle de suas posses no continente africano e b) Garantir a retomada da exploração contínua desses territórios, para assim reverter seu quadro econômico instável (Pigeaud e Sylla 2019, p. 7-13).

2.3 O Franco das Colônias Francesas da África

Foi com esse projeto em mente que, no dia 25 de dezembro de 1945, em Paris, o decreto nº 45-0136 foi assinado pelo presidente do governo provisório francês, general Charles de Gaulle, pelo ministro das finanças René Pleven e pelo ministro das colônias Jacques Soustelle, criando o Franco das Colônias Francesas na África, ou Franco CFA, o qual foi imediatamente implementado como moeda oficial dos territórios da AOF e AEF. No momento de sua implementação, Paris estipulou que 1 Franco CFA equivalia a 1,70 Francos Franceses, marcando o fim da homogeneidade monetária entre a metrópole e suas posses ultramarinas. É interessante notar a fala do então ministro das finanças René Pleven, o qual acentuou que a criação do novo sistema demonstrava que a metrópole estaria ‘mostrando a sua generosidade e seu altruísmo, não querendo impor às suas filhas distantes as consequências da sua própria pobreza’, além de ‘corresponder ao nosso desejo, expresso na conferência de Brazzaville, de ter em conta os interesses de cada um dos territórios que compõem a União Francesa, respeitando suas necessidades e suas contingências locais.’

Como supracitado, o Franco CFA foi criado como um instrumento para a obtenção de objetivos geopolíticos previamente bem estabelecidos, não havendo, pelo menos não como ponto basilar de sua idealização, sentimentos altruístas. Paralelamente, em nenhum momento foram contabilizadas as necessidades específicas de cada região. Por exemplo, durante a guerra a AOF apresentou índices inflacionários superiores à AEF, além de suas próprias matrizes econômicas serem distintas, o que não impediu Paris de estipular uma moeda única para ambos os territórios, com uma mesma taxa de câmbio fixa e excessivamente valorizada em relação ao Franco Francês (Pigeaud e Sylla 2019, p. 11-13).

Na prática, o governo francês buscava atender suas necessidades econômicas, tendo em vista que, sendo o Franco CFA excessivamente valorizado em relação ao Franco, os produtos industrializados da metrópole tornar-se-iam mais baratos para serem importados pelas colônias, garantindo-se a retomada de fatias valiosas de mercado para o escoamento da produção nacional francesa. Juntamente, o alto valor do Franco CFA encareceria o valor das exportações da África francesa em relação aos demais competidores na América Latina e Ásia, por exemplo, dificultando sua exportação e não deixando outra opção a não ser vender para a metrópole.

Resumidamente, apenas com o advento do Franco CFA e a estipulação de sua conversibilidade para o Franco, a França beneficiou-se tanto em relação as importações de matérias primas, garantindo um fluxo constante de recursos naturais para sustentar sua produção industrial, como em relação as exportações de seus bens de maior valor agregado, reconquistando, em parte, seu antigo monopólio sobre a venda de produtos para as posses na África, tudo isso sem nenhum tipo de custo adicional (Pigeaud e Sylla 2019, p. 13).

2.4 As “Independências” na África Francesa

Durante o decurso da Guerra Fria, o ideal de ‘autodeterminação dos povos’ foi extremamente endossado na sociedade internacional, por influência das maiores potências da época, Estados Unidos e União Soviética. Nesse sentido, uma série de movimentos de independência em diversas colônias europeias começaram a emergir. No caso da África, iniciou-se o processo de descolonização do continente, na década de 1960, com dezenas de processos de independência nacional marcando a derrocada de tradicionais impérios coloniais, como Portugal e Reino Unido. Com a França não foi diferente. Após ser derrotada na Indochina (Vietnã, Camboja e Laos) e na Argélia, em sangrentas guerras de independência, a França decidiu “contra-atacar”, tentando prevenir-se de perder em definitivo suas posses na África Subsaariana (Pigeaud e Sylla 2019, p. 15-16).

Foi nesse cenário que o governo de Paris decidiu “conceder independência” às suas posses da AOF e da AEF, temendo perder suas vantagens políticas e econômicas na região. Entretanto, como contrapartida, os franceses demandaram a nomeação de diversos líderes para cargos centrais dos novos governos independentes, além da assinatura de uma série de ‘acordos de cooperação’, os quais, na prática, mantiveram o sistema de dominação colonial e garantiam uma série de vantagens estratégicas à França. A título de exemplo, tais acordos estipulavam que a tutela de alguns setores nacionais dos novos Estados deveria ficar a cargo dos franceses, dentre eles, destacam-se: a política externa, a defesa, o comércio e a exploração de matérias-primas e produtos estratégicos, a economia, a moeda, as finanças, o ensino superior, a navegação mercante, a aviação civil, etc.

No caso da moeda, que compõe o objeto principal deste estudo, cabe ressaltar que partiu da livre vontade dos novos Estados africanos permanecer na zona do franco, ainda que o termo ‘livre’ possa vir acompanhado de uma série de ressalvas. Afinal, esquivar-se de atritos com uma potência europeia, garantir sua independência e evitar a necessidade de se substituir um sistema monetário em voga a mais de 30 anos, poderia parecer o caminho mais razoável a ser seguido pelos novos e frágeis Estados africanos

(Pigeaud e Sylla 2019, p. 16-17).

Desse modo, através dos acordos de cooperação, o Franco CFA foi mantido como moeda oficial dos novos Estados independentes. Precisamente, 14 países africanos, desde sua independência até o presente, utilizam o Franco CFA e seu sistema como moeda oficial, a saber: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal, Togo, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Gabão e Guiné-Equatorial.

Além do uso da moeda em si, a qual era administrada pelo governo central de Paris, outras cláusulas acompanharam os acordos cooperativos da área econômica. O artigo 16 do Acordo Econômico e Monetário, assinado coletivamente por República Centro-Africana, Congo e Chade, por exemplo, determina que 'todas as operações de compra e venda dos estados da África Equatorial deverão ser realizadas por meio da transferência ou compra de moeda estrangeira no mercado de câmbio de Paris'. Ou seja, simplificadamente, determinou-se que toda operação envolvendo os novos Estados africanos e demais países estrangeiros deve ocorrer no âmbito do mercado de câmbio parisiense, além de estipular que metade das reservas internacionais de tais países devem ser depositadas e mantidas em contas especiais no Tesouro Francês.

Portanto, assim como outras estruturas herdadas do sistema colonial, o Franco CFA e seus mecanismos permaneceram institucionalmente protegidos até o presente momento, resistindo às turbulências do cenário internacional da época. Assim, formalmente, os Estados africanos tornaram-se politicamente independentes, porém, substancialmente, estes gozavam de pouca autonomia para se autogerirem, ainda estando, em diversos setores nacionais estratégicos, fortemente atrelados à França e à sua influência (Pigeaud e Sylla 2019, p. 17-18).

3. O Sistema do Franco CFA e o Controle Francês

3.1 *As Zonas Econômicas e os Bancos Centrais*

A primeira parte deste estudo buscou elucidar, resumidamente, o processo colonial francês na África e como chegou-se, nesse contexto, à criação do Franco CFA na década de 1940. Desse modo, neste trecho, o foco da análise será o sistema do Franco CFA, de forma geral, articulando seu funcionamento com suas implicações, sobretudo econômicas, para os países africanos e destacando, juntamente, como a França se beneficia com sua continuidade ao longo dos anos. Devemos, de início, elucidar um ponto importante em relação à moeda analisada e ao seu sistema de funcionamento: O sistema do Franco CFA em si pouco mudou desde sua criação em 1945 até hoje (2024), portanto, os aspectos de sua operacionalidade, instaurados em sua maioria no momento de sua criação, abordados neste trecho, de forma geral, continuam os mesmos.

O Franco CFA, atualmente, corresponde à três moedas díspares, duas das quais são controladas por dois Bancos Centrais distintos em zonas econômicas separadas na porção continental da África, enquanto a terceira é utilizada e administrada na União das Ilhas Comores, pequeno país insular na costa oriental africana. No caso particular observado na África continental, o qual receberá o foco deste trecho, cabe salientar que a existência de duas moedas distintas, para duas zonas econômicas distintas, as quais englobam diversos Estados, deriva diretamente da antiga divisão colonial francesa

entre AEF e AOF. Entretanto, as três moedas possuem uma similaridade quase que integral em relação ao seu funcionamento, daí o motivo de serem aglutinadas na mesma denominação genérica de ‘Franco CFA’.

Assim, temos o Franco da Comunidade Financeira Africana, utilizado pelos oito membros da União Econômica e Monetária da África Ocidental (Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal, Togo, e Guiné-Bissau), ou UEOMA, da sigla em francês, e que é gerido pelo Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO). Paralelamente, o Franco da Cooperação Financeira da África Central é utilizado pelos 6 membros da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial e Gabão), ou CEMAC, também do francês, o qual, de modo similar, é administrado pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC).

Nesse sentido, os bancos centrais mencionados possuem sede no continente africano e são administrados conjuntamente pelos Estados que participam da zona do franco. Contudo, ambos os bancos possuem representação francesa em seus conselhos administrativos, a qual possui poder de veto, similar ao que ocorre com os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Portanto, em suma, os países africanos, que teoricamente administrariam os respectivos bancos, necessitam negociar e/ou pedir autorização ao governo francês para realizarem qualquer operação de política monetária (Bankole 2020, p. 19).

3.2 *Os Princípios Gerais do Sistema CFA*

Como citado anteriormente, os países da África francófona, à época de suas independências, foram submetidos a uma série de condicionamentos para adquirirem sua autonomia política, condicionamentos esses expressos nos chamados ‘Acordos de Cooperação’ firmados entre estes e sua ex-metrópole. Dentre os diversos acordos realizados entre as partes, àqueles de natureza econômico-monetária estabeleceram, simplificada, quatro pontos basilares para o funcionamento do sistema do Franco CFA, os quais são: Paridade cambial fixa entre o Franco CFA e o Franco (ou, atualmente, o Euro), livre circulação de capital dentro da zona do franco, centralização das reservas internacionais e a garantia da conversibilidade do Franco CFA pelo Tesouro Francês (Bankole 2020, p. 22).

O primeiro destes princípios, o da paridade cambial fixa entre o Franco CFA e a moeda francesa (de início o franco, agora, o euro) consiste, simplesmente, em haver uma taxa de câmbio fixa e, portanto, não sujeita a flutuações, entre a moeda francesa e o Franco CFA. Desde a derrocada do sistema de Bretton Woods em 1971, o dólar, moeda de referência internacional, deixou de ser lastreado em ouro e as taxas de câmbio entre as diversas moedas nacionais dos Estados deixaram de ser fixas, flutuando de acordo com as leis de oferta e demanda do mercado. Portanto, o argumento francês para a taxa fixa se basearia em “proteger” os Estados africanos de flutuações cambiais abruptas, recorrentes em países pobres e em desenvolvimento, promovendo certa estabilidade no valor de sua moeda.

Todavia, como anteriormente citado, esse mecanismo foi inicialmente implementado admitindo-se uma sobrevalorização excessiva do Franco CFA em relação ao Franco, de modo a beneficiar a economia francesa no pós-guerra, de modo que

propiciou-se um excesso de importações de bens franceses aos países em questão, ao passo que se diminuiu sua competitividade no setor exportador, deteriorando, assim, sua balança comercial. Ademais, a impossibilidade de se administrar o câmbio de forma autônoma engessou, conforme os interesses da ex-metrópole, a execução de políticas cambiais por parte dos Estados africanos, essenciais, por exemplo, para garantir a competitividade de produtos nacionais no comércio internacional (Xavier e Zahreddine 2023, p. 82).

O segundo ponto em questão trata da livre circulação de capital dentro da zona do franco e entre esta e a França. Simplesmente, o que ocorre é uma quase que total ausência de restrições legais para a circulação de capitais dentro das referidas zonas e destas com a república francesa, tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas. Diante deste cenário, empresas estrangeiras presentes na zona do franco, as quais são majoritariamente francesas, possuem uma enorme facilidade para repatriarem seus lucros para suas sedes na Europa, deixando pouquíssimos ganhos para os países africanos em que atuam, usufruindo do referido mecanismo e, subitamente, da oferta de mão de obra barata disponível. Além disso, cabe a estas empresas a possibilidade de, simplesmente, retirarem seus investimentos na região sem maiores consequências, podendo afetar as economias locais de forma repentina. O mesmo vale para o capital financeiro, que pode render dentro da zona e, posteriormente, retornar ao seu centro de origem, sem maiores percalços.

Outra consequência direta desta medida é a impossibilidade de os países africanos em questão estipularem medidas protecionistas em setores que considerarem estratégicos para suas economias, o que estimula a importação de bens estrangeiros e dificulta para as nascentes indústrias africanas competir no mercado global. Ainda que o mundo atual, globalizado e interconectado, cada vez mais propicie o intercâmbio comercial entre os Estados, a proteção à setores nacionais faz parte dos programas econômicos da grande maioria dos países, inclusive daqueles mais adeptos de práticas econômicas neoliberais, como os Estados Unidos e a União Europeia. Desse modo, o cenário que se observa na África francófona é uma total impossibilidade de adotar tais medidas, fato evidenciado pelo fato de que, em sua grande maioria, as principais empresas presentes nestes países são estrangeiras, mais precisamente, francesas. Para citar algumas, temos: TotalEnergies e Areva no setor de energia e mineração, BNP Paribas no setor bancário, Vinci construction no setor de infraestrutura e Orange telecom e Bouygues no setor de telefonia e comunicações. Todas são referências máximas em seus setores e, além disso, são francesas (Xavier e Zahreddine 2023, p. 83).

Outro ponto importante do sistema CFA diz respeito a centralização das reservas internacionais dos países africanos integrantes da zona do franco. Estipulou-se, com os acordos de cooperação, que, como contrapartida para a garantia de conversibilidade do Franco CFA na moeda francesa, quarto ponto que veremos em seguida, os Estados africanos devem manter 50% de todas as suas reservas internacionais em contas especiais no Tesouro Francês. Essa medida é severamente danosa aos países da África francófona por uma série de motivos.

Primeiro, porque dificulta o acesso destes países à linhas de crédito; isso ocorre pois, tendo metade de suas reservas internacionais mantidas em nome do Tesouro Francês, os países da zona do franco não podem utilizar essa quantia como garantia

para adquirir acesso a tais linhas de crédito. Paralelamente, o fato de não terem acesso a totalidade de suas reservas internacionais leva esses países a se tornarem extremamente dependentes de empréstimos e recursos externos de instituições multilaterais, como o FMI, aumentando seu endividamento externo para suprir suas necessidades internas.

Cabe salientar, também, que se cria um excesso de liquidez bancária na zona do franco em decorrência da centralização das reservas internacionais, devido à necessidade dos bancos centrais das zonas em questão emitirem mais dinheiro para suprir suas demandas internas, haja vista a impossibilidade de acessarem suas reservas de forma integral. Esse cenário inunda as economias locais com mais dinheiro do que o realmente necessário para cobrir a atividade econômica, o que pode levar a cenários de inflação excessiva, desestímulo ao investimento produtivo e de fomento à investimentos improdutivos, os quais, pela alta procura, podem criar bolhas especulativas.

De modo geral, o manuseio das políticas fiscais e monetárias se torna comprometida pela dificuldade em se acessar boa parte dos ativos internacionais, fundamentais para serem convertidos em crédito e políticas redistributivas à população, regular as taxas de câmbio e permitir medidas anticíclicas em momentos de choques ou crises (Xavier e Zahreddine 2023, p. 84).

Por fim, o quarto e último princípio que compõem o sistema CFA diz respeito a garantia de conversibilidade entre o franco CFA e a moeda francesa. Neste caso, determinou-se que a conversão entre o Franco CFA e a moeda francesa (anteriormente o franco, agora o euro) estaria garantida de forma ilimitada pelo Tesouro Francês, com a contrapartida de se centralizarem as reservas internacionais africanas, como citado anteriormente. A partir deste cenário, pode-se observar um privilégio adquirido pela França em relação a zona do franco: Na medida em que o Tesouro Francês é o único responsável pela conversibilidade do Franco CFA, a uma taxa fixa, a França pode utilizar sua própria moeda, atualmente o euro, para as transações comerciais e financeiras com a zona do franco, sem a necessidade de outras moedas, como o dólar americano por exemplo, preservando suas reservas internacionais.

Paralelamente, cabe salientar como essa exclusividade do Tesouro Francês em realizar a conversão do Franco CFA fortalece o mercado financeiro de Paris, sendo o único no mundo capaz de converter a moeda dos 14 países da zona do franco para o euro e, posteriormente, para as demais moedas estrangeiras. O que ocorre na prática é que o Franco CFA não pode ser convertido em quaisquer outras moedas internacionais, somente podendo ser trocado pelo euro e, em menor escala, pelo dólar, haja vista a universalidade atual da moeda americana. Ou seja, se um indivíduo ou empresa do Senegal, por exemplo, quiser comprar pesos argentinos ou reais brasileiros, estes não o poderão fazer diretamente, sendo obrigados a, no mercado de câmbio de Paris, comprar euros para então adquirir as demais moedas estrangeiras. Como se pode imaginar, essa movimentação “extra” para as transações correntes encarece seu custo e adiciona camadas maiores de complexidade à operação, as quais são fundamentalmente desnecessárias (Xavier e Zahreddine 2023, p. 83).

3.3 *Os Privilégios Econômicos da França*

O sistema do Franco CFA é extremamente complexo, com diversas implicações para ambas as partes envolvidas. Elucidou-se, previamente, apenas alguns dos princípios e

mecanismos que garantem a continuidade operacional desse sistema, havendo outros diversos elementos técnicos e administrativos que estruturam seu funcionamento. A opção por não se aprofundar nestes demais aspectos, concentrando a análise na organização das zonas econômicas e nos princípios gerais do sistema, bem como suas consequências, tem a finalidade de buscar expor, da forma mais acessível possível, como a França promove, ainda hoje, uma dinâmica predatória de exploração, dentro de verdadeiros moldes coloniais, dos países africanos da zona do franco.

Os primeiros sinais das verdadeiras intensões dessa organização econômica puderam ser observados em sua gênese, como anteriormente citado. O Franco CFA e suas dinâmicas surgiram em um contexto de dificuldades para o Estado francês, que necessitava de um meio para fugir da forte crise econômica, decorrente da Segunda Guerra Mundial, além de buscar se reinserir como potência europeia a nível global, após passar 2 anos sendo ocupada e dividida pelas potências do eixo, após a invasão alemã em 1940.

Desse modo, o Franco CFA sobrevalorizado, de início, garantiu um fluxo comercial contínuo entre a metrópole e suas colônias, escoando produtos industrializados da França para os territórios africanos, que pelo baixo preço e alta demanda, priorizavam importar esses bens, prejudicando o desenvolvimento interno da indústria, além de inibir a competitividade das exportações de recursos naturais dos países da zona do franco, devido ao seus elevados preços, direcionando a atividade exportadora para a metrópole. Houve, sob uma nova roupagem, um reestabelecimento do pacto colonial, o qual havia sido abalado pela Segunda Grande Guerra, criando uma condição cíclica que, ao mesmo tempo que enriquecia a França, aprofundava a miséria nos países da África francófona, inibindo seu desenvolvimento e ampliando sua dependência do Estado francês.

Na contemporaneidade, pouco modificou-se a relação viciosa de exploração da África pelos franceses. A correlação de fatores que evidenciam esse cenário na atualidade é relativamente simples, bastando analisar os quatro princípios do sistema CFA. Portanto, para tal, vamos inverter a perspectiva e analisar o cenário da zona do franco a partir da condição francesa. Sob essa ótica, a zona do franco e suas dinâmicas garantem que o capital ali investido possa circular livremente, sem maiores restrições quanto à onde será aplicado ou em que momento e em que quantidade será repatriado ao país de origem. Ao mesmo tempo, existe a garantia absoluta, por parte do Tesouro Francês, de que qualquer montante de Francos que ali se adquira poderá ser convertido em euros. Por fim, ocorre que a taxa de conversão desses Francos para o euro é fixa, ou seja, independentemente da conjuntura (econômica, política ou social) dos países africanos ou do sistema internacional, ocorre uma previsibilidade quanto aos lucros que serão auferidos ao se investir na região, impedindo que flutuações cambiais (desvalorizações abruptas) corroam o capital ali injetado.

É um prato cheio. O argumento francês diz que isso favoreceria a estabilidade na região e um ambiente atrativo para os negócios e investimentos. No caso, existe de fato atratividade na região para negócios internacionais, entretanto, isso não significa ganhos substanciais aos países africanos. Os Estados da zona do franco funcionam como “palcos” para as atividades econômicas de empresas estrangeiras, principalmente francesas, que se beneficiam da lógica sistemática do Franco CFA e dos acordos de

cooperação, assinados na década de 1940, para, subitamente, transferirem a riqueza gerada na região para suas sedes na Europa (Pigeaud e Sylla 2019, p. 33).

3.4 O Poder Político Francês

Não restam dúvidas, a partir deste ponto, que o sistema CFA foi idealizado e implementado como uma ferramenta geoeconômica que busca atender aos interesses franceses, a partir de suas ex-colônias na África. Ademais, entende-se, na presente análise, que o Franco CFA também constitui um dos principais pontos, senão o mais importante, que mantém as relações entre França e África atadas de forma tão intensa e umbilical. Desse modo, o sistema CFA é a “ponta de lança” pra uma série de outros projetos de cunho geopolítico que a França buscou implementar no continente africano.

Simplificadamente, entende-se que: O Franco CFA, seu sistema e suas consequências dúbias corroboram fortemente para transformar os países da África francófona em uma zona de influência política francesa, as quais tem permanecido na órbita do país europeu desde o primeiro contato entre os respectivos povos, em 1830. O escopo de atuação política da França na região é vasto e diverso, variando desde a representação nos conselhos administrativos dos bancos centrais da zona do franco, o que implica influência direta nas políticas de concessão de crédito e expansão monetária, por exemplo, até intervenções militares diretas na região, as quais somam mais de 50 operações desde os processos de independência na década de 1960.

A França, através dos acordos de cooperação, exigiu a instalação e permanência de bases e tropas militares francesas em países africanos que considerava “estratégicos”, como Costa do Marfim, Gabão e Senegal. Nesse sentido, diversas interferências ocorreram na região da zona do Franco, com variadas justificativas: Defender regimes africanos que possuem relações “especiais” com Paris, proteger cidadãos franceses ali presentes, lutar contra grupos “rebeldes” e que “ameaçam regimes locais”, etc. Ou seja, por variadas justificativas, a França interfere no jogo político interno dos países da zona do franco, através de meios militares diretos, moldando o tabuleiro político e social da região de acordo com seus interesses (Filho e Badou 2014, p. 159-160).

O caso do Togo e do “primeiro golpe de estado” do continente africano, também são emblemáticos para trazer à tona como a França possui elevado poder político, influenciando as dinâmicas internas da África francófona em nome de seus próprios interesses. Simplificadamente, o então presidente do Togo Sylvanus Olympio foi deposto e assassinado em 1963, no que ficou conhecido como o primeiro golpe de estado em uma nação africana independente. Olympio era um líder nacionalista que questionava as ingerências francesas em assuntos internos dos países africanos da região e buscava ir contra o sistema do Franco CFA, planejando, inclusive, a criação de uma moeda nacional independente para o Estado Togolês. Entretanto, foi assassinado em 13 de janeiro de 1963 por um grupo de rebeldes liderados por Etienne Gnassingbe Eyadema, um togolês que havia lutado na guerra de independência da Argélia ao lado dos franceses.

Até hoje existem controvérsias acerca do golpe no Togo, entretanto, diversos historiadores e instituições de pesquisa não descartam a real possibilidade do golpe ter sido orquestrado pela França, em uma tentativa de manter seu controle sobre o Estado togolês e assim garantir a continuidade do sistema CFA no país, haja vista o escopo

do poder político e econômico que a França logrou desenvolver em relação a suas ex-colônias no continente africano, buscando sempre, em última instância, atender seus interesses.

4. Considerações Finais

O colonialismo, em sua forma tradicional, deixou de existir com os últimos movimentos de independência realizados no século XX, entretanto, em muito persistiu de forma implícita e indireta nas sociedades onde outrora fora presente, seja na sua estrutura política, nas leis ou, até mesmo, em seus costumes. O curioso é que poucos elementos do colonialismo permaneceram de forma intacta e quase íntegra, mesmo após seu fim enquanto sistema de dominação, como aconteceu com o Franco CFA. O que se quer dizer é que o Franco CFA é uma estrutura antiga por si só, permanecendo praticamente inalterada desde sua implementação na década de 1940, sendo também o resultado de um processo deliberado de dominação mais antigo ainda, iniciado a quase dois séculos no continente africano pelos franceses, os quais visavam, a cima de tudo, beneficiar seu próprio país.

Assim, o presente artigo buscou, através do exemplo do Franco CFA e seu sistema, demonstrar como a geoeconomia constitui uma arma poderosa dentro do arsenal de ferramentas geopolíticas de que dispõem os Estados. É evidente que a análise crítica desenvolvida enxerga uma clara correlação entre o sistema CFA, por meio de seus métodos e implicações, e as estruturas do colonialismo. Assim, desenvolve-se a noção de colonialismo contemporâneo, aqui entendido como um meio pelo qual se promove a exploração de determinados povos e territórios, por parte de terceiros, em benefício próprio, através de um arcabouço político e jurídico legitimador.

O próprio Franco CFA surgiu das estruturas políticas e institucionais do neocolonialismo do século XX, em um momento em que a França necessitava reerguer-se a posição de potência internacional, servindo de alicerce ao projeto de reestruturação francês. Posteriormente, esse sistema viu-se projetado para o futuro da história no momento em que os franceses notaram a inevitável derrocada de seu império colonial, no contexto da Guerra Fria, e exigiram sua continuidade como mais uma dentre as centenas de contrapartidas requisitadas para conceder independência às suas posses africanas, a qual visava, ao contrário de quaisquer argumentos que evoquem o suposto altruísmo europeu, perpetuar os privilégios políticos e, sobretudo, econômicos dos franceses no continente africano.

Assim, finalmente, podemos concluir que o sistema do Franco CFA serve aos interesses da França, em detrimento ao bem-estar social e econômico dos países da zona do franco. Essa estrutura engessa o desenvolvimento pleno e digno dos países da África francófona, limita suas capacidades de expansão e diversificação produtiva e os torna subservientes aos interesses do governo central de Paris.

Ao passo que a França fornece mercado e condições econômicas adequadas para suas empresas na zona, através do princípio da livre circulação de capital e da garantia da conversibilidade, garante enormes cadeias de suprimentos para sua economia dinâmica e industrializada e exerce forte influência política nos 14 países da estratégica região, os países da zona do franco se veem impedidos de estimularem seu próprio crescimento, pois são incapazes de competir com as poderosas transnacionais dos

países centrais, muito devido a impossibilidade de adotarem medidas protecionistas para seus mercados, por não poderem ajustar suas taxas de câmbio em patamares minimamente competitivos e adequados a sua real situação econômica e por não terem pleno acesso a suas reservas internacionais para financiarem suas próprias economias ou para ganharem acesso a linhas de crédito internacional.

Por fim, ainda é importante destacar que, por mais que este artigo busque elucidar a estrutura do Franco CFA de modo a exemplificar o funcionamento da geoeconomia e seus impactos enquanto ferramenta de poder, neste caso, para a França, não podemos ignorar a concretude de suas consequências para as 180 milhões de pessoas que vivem nos 14 países da zona do franco. O benefício francês já foi muito bem pontuado e esclarecido. O que não podemos é obscurecer o fato de que, por trás de números e termos complexos, existem vidas humanas que diariamente, a quase 200 anos, são impactadas diretamente pelos referidos projetos de poder.

Assim, devemos relembrar que a realidade das “ex-colônias” francesas é bastante conhecida, contradizendo as justificativas do Estado Francês para a continuidade do sistema CFA. Por exemplo, de acordo com o Relatório dos Índices de Desenvolvimento Humano (2023) (PNUD 2023), realizado pelo PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, mais da metade dos 14 países da zona do franco figuram entre os 20 piores IDHs do mundo, em uma listagem que conta com 193 nomes, cenário contrastante com países vizinhos que possuem plena soberania política e econômica, como a Argélia (posição 93) e o Marrocos (Posição 120), ambos os quais foram, inclusive, colônias francesas no passado.

Paralelamente, dados referentes ao comércio internacional ajudam a elucidar como muitos países da zona do franco permanecem dependentes das relações com a França e como essa ainda se beneficia muito das trocas comerciais com suas “ex-colônias”. A título de exemplo, dados do WITS (World Integrated Trade Solution), um sistema de análise das relações comerciais internacionais operado pelo Banco Mundial, revelam que, apenas com as exceções de Guiné Equatorial e Guiné-Bissau, todos os outros países integrantes da zona do franco possuem a França como um dos cinco principais destinos para suas exportações. Exportações essas que, em todos os casos, são compostas por matérias-primas de baixo valor agregado, como ouro, petróleo cru, cacau, titânio, gás natural, madeira, algodão, etc.

No mais, as nações da África francófona continuam a compor algumas das mais instáveis e miseráveis do planeta. No Chade, de acordo com dados de 2022, ocorre uma das maiores taxas de mortalidade infantil do planeta, 102 mortes para cada 1000 nascimentos (UNICEF 2024a). Com base em dados similares, do ano de 2018, cerca de 47,8% de todas as crianças com menos de cinco anos no Níger sofrem de nanismo (stunting) em decorrência da má-nutrição (UNICEF 2024b). A República Centro-Africana, reconhecidamente pontuada por diversos organismos internacionais como o Estado mais pobre do mundo, possui cerca de 70% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, com menos de U\$2.15 por dia (World Bank 2023).

Como sintoma direto da extrema pobreza e da miserabilidade, esses Estados permanecem sob a sombra benigna das instabilidades políticas e sociais, passando por guerras civis, insurgências de grupos armados ou golpes de estado. Como exemplos diretos podemos citar desde o caso de Burkina Faso, onde após passar por dois golpes militares

em 2022 enfrentou massacres e insurgências de militantes ligados ao grupo terrorista Al-Qaeda em seu território, em 2024 (CNN Brasil 2024), até os ataques de rebeldes tuaregues, grupo étnico separatista, contra as Forças Armadas do Mali, no norte do país, em 2023, como continuação direta do conflito que perdura desde 2015 na região, após o fracasso das prévias tentativas de se estabelecer a paz no território (BBC 2023). É nesse cenário, marcado pela miséria e entrecortado por guerras sangrentas, que a própria França já buscou intervir militarmente, enviado tropas para diversos países da zona do franco em missões de contraterrorismo ou de pacificação de turbulências sociais internas (Filho e Badou 2014, p. 157).

Por fim, trata-se de uma noção multidimensional da balança de poder contemporânea. Através de uma análise crítica, que busque entender o processo histórico de encadeamento dos fatos e eventos, é possível compreender que o sistema CFA, enquanto ferramenta de poder, não apenas logrou beneficiar o governo de Paris, mas terminou por influenciar a história dos países africanos da zona do franco. Assim, a questão da moeda nacional e suas implicações, aliada a outros fatores, se encontra no cerne do desenrolar dos fatos em diversas dimensões nesses Estados, seja na economia, na política, nas guerras ou, simplesmente, na vida dos indivíduos.

Esse prévio e breve apanhado de dados reitera a necessidade de se refletir e analisar a situação ao redor do Franco CFA não apenas como uma ferramenta geopolítica sob a perspectiva francesa, mas também como uma realidade concreta, e em muito complexa, para os povos africanos da zona. É inegável que a natureza do sistema CFA se baseie em aspectos exploratórios e, de certo modo, de cunho colonial, os quais, evidentemente, compelem as 14 ex-colônias francesas a permanecerem sob o julgo do país europeu, criando severos entraves ao seu desenvolvimento social e econômico. Não se trata de opinião ou ideologia, mas de fatos já reiteradamente comprovados. Enfim, como bem pontuou, em 2008, o então presidente da França, Jacques Chirac: 'Sem a África, a França não seria nada no século XXI'.

Recebido em: 27/01/2025.

Aprovado em: 14/04/2025.

Referências

- Bankole, Kpèdétin Alvine Peggy. 2020. O surgimento e o futuro da moeda Franco CFA na perspectiva da integração na África Ocidental. Acesso em: 8 nov. 2024. Tese de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais. <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28632/3/SurgimentoFuturoMoeda.pdf>.
- BBC. 2023. *África: As duras consequências da crise alimentar e o aumento da insegurança*. Acesso em: 22 nov. 2024. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gl4nr6455o>.

- BBC. 2025. *What minerals does Ukraine have and what are they used for?* Acesso em: 8 mar. 2025. <https://www.bbc.com/news/articles/c20le8jn282o>.
- CNN. 2025. *Trump threatens new tariffs on Canada, including 250% tax on dairy.* Acesso em: 8 mar. 2025. <https://edition.cnn.com/2025/03/07/business/tariffs-trump-canada/index.html>.
- CNN Brasil. 2024. *Massacre em Burkina Faso deixou 600 mortos, o dobro das estimativas iniciais.* Acesso em: 22 nov. 2024. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/massacre-em-burkina-faso-deixou-600-mortos-o-dobro-das-estimativas-iniciais/>.
- Filho, Pio Penna e Koffi Robert Badou. 2014. A França na África: as intervenções militares e suas motivações – o caso da Costa do Marfim. Acesso em: 8 nov. 2024, *Carta Internacional* 10 (2). <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/197/111>.
- Luttwak, Edward N. 1990. From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. *The National Interest*, número 20.
- Pigeaud, Fanny e Ndongo Samba Sylla. 2019. *Africa's Last Colonial Currency: The CFA Franc Story*. Londres: Pluto Press.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2023. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Acesso em: 8 nov. 2024. Nova Iorque. <https://hdr.undp.org/>.
- UNICEF. 2024a. *Chad*. Acesso em: 22 nov. 2024. <https://data.unicef.org/country/tcd/>.
- . 2024b. *Nutrição no Níger*. Acesso em: 22 nov. 2024. <https://www.unicef.org/niger/nutrition>.
- World Bank. 2023. *Improving agriculture, human capital and infrastructure key to take on poverty in the Central African Republic*. Acesso em: 22 nov. 2024. <https://www.worldbank.org/en/country/centralafricanrepublic/publication/improving-agriculture-human-capital-and-infrastructure-key-to-take-on-poverty-in-the-central-african-republic>.
- Xavier, João Gabriel Arriel da Silva e Danny Zahreddine. 2023. Entre a autonomia, a dependência e o neocolonialismo: a zona do franco CFA e os seus efeitos políticos e econômicos para a noção de soberania monetária na África Francófona. Acesso em: 20 nov. 2024, *Revista Oikos* (Rio de Janeiro) 22 (2). <https://revistas.ufRJ.br/index.php/oikos/article/view/61014>.